FGV DIREITO SP
MESTRADO PROFISSIONAL

O Imposto Seletivo na exportação

Ricardo Godoy Vidal da Silva Paiva

Projeto de pesquisa apresentado ao
Mestrado Profissional da FGV Direito SP.

Versão de 31.01.2025

1. Tema, contexto e delimitação de escopo

A Reforma Tributária introduzida pela Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu o Imposto Seletivo (IS), destinado a incidir a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A proposta do IS é desestimular o consumo com externalidades negativas.

A Constituição Federal estabelece que a imunidade do IS para as exportações ao mesmo tempo em que determina a cobrança, independentemente da destinação, na hipótese de extração.

Assim, a redação original do Projeto de Lei Complementar (PLP) apresentado pelo Governo Federal, que tinha por objetivo regulamentar a Reforma Tributária, aplicava a imunidade do IS às exportações para o exterior, ressalvado os bens minerais extraídos ou produzidos, sob a justificativa de que o imposto incide em qualquer destinação.

O texto final aprovado pelo Congresso Nacional previa a não incidência do IS sobre as exportações para o exterior de quaisquer bens e serviços.

Não obstante, o dispositivo foi vetado na sanção pelo Presidente da República pois a cláusula geral de não incidência do IS na exploração estaria de encontro com o texto constitucional, que determina a incidência tributária sobre bens minerais na extração, independentemente de sua destinação.

Entretanto, sua aplicação sobre exportações levanta questionamentos jurídicos no que se refere à compatibilidade com os princípios constitucionais da imunidade tributária das exportações.

Por isso, o estudo busca examinar os impactos da incidência do IS sobre as exportações, avaliando a sua compatibilidade com o ordenamento jurídico brasileiro, ponderando o seu objetivo do tributo de desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente com a viabilidade e o impacto sobre as exportações.

Em suma, busca-se responder quais as implicações jurídicas, econômicas e normativas da aplicação do IS sobre as exportações, por meio de pesquisa qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, combinando revisão bibliográfica com estudo de legislação comparada para avaliar práticas internacionais.

2. **Quesitos, fontes de pesquisa e formas de acesso**

A pesquisa será estruturada nos seguintes quesitos:

- Qual a base legal para a incidência do IS nas exportações?
- Quais os possíveis impactos do IS sobre a competitividade das exportações nacionais?
- Como os países estrangeiros lidam com tributos similares ao IS nas exportações?
- É possível conciliar o IS com os princípios da Constituição Federal?

2. **Relevância prática, caráter inovador e potencial de impacto**

A pesquisa tem alta relevância prática, pois aborda um tema central na Reforma Tributária. O estudo se destina às empresas exportadoras, juristas, economistas interessados na relação entre tributação e competitividade internacional, bem como às políticas públicas nacionais.

Por se tratar de um tributo novo, o caráter inovador da pesquisa reside na análise crítica da incidência do IS sobre exportações, algo ainda pouco explorado na literatura acadêmica e no debate jurídico brasileiro. Além disso, a pesquisa pode contribuir para a formulação de alternativas normativas que minimizem distorções e favoreçam a segurança jurídica para os exportadores.

O potencial de impacto é significativo, pois a definição de um modelo tributário eficiente pode reduzir a litigiosidade, aumentar a competitividade do setor produtivo nacional e auxiliar na elaboração de políticas fiscais mais equilibradas.

3. **Familiaridade com objeto da pesquisa**

O pesquisador tem experiência em Direito Tributário através da atuação como advogado na área e participação em cursos, seminários e grupos de estudo sobre a Reforma Tributária.

A atuação como advogado privado pode resultar em interpretações com grau de parcialidade, de modo que a pesquisa será conduzida com rigor metodológico, baseando-se em múltiplas fontes de referência e diferentes perspectivas teóricas e práticas para mitigar este risco.

5. Bibliografia preliminar

ANDRADE, JOSÉ MARIA ARRUDA. *IMPOSTO SELETIVO E PECADO*: JUÍZOS CRÍTICOS SOBRE A TRIBUTAÇÃO SAUDÁVEL. SÃO PAULO: IBDT, 2024.

QUINTANILHA. GABRIEL SANT'ANNA. *REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA:* TRIBUTOS SOBRE O CONSUMO. 1. ED. RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2024.

SANTI, EURICO MARCOS DINIZ DE, ET AL. *NOSSA REFORMA TRIBUTÁRIA:* ANÁLISE DA EC 132/23, DO PLP 68/2024 (CBS/IBS) E DO PLP 108/2024 (COMITÊ GESTOR, CONTENCIOSO DO IBS, ITCMD E ITBI) / EURICO MARCOS DINIZ DE SANTI, ET AL. SÃO PAULO: EDITORA MAX LIMONAD, 2024.

SEGUNDO, HUGO DE BRITO MACHADO. *REFORMA TRIBUTÁRIA COMENTADA E COMPARADA:* EMENDA CONSTITUCIONAL 132, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023. 1. ED. BARUERI: ALTAS, 2024.

6. Cronograma de execução

	2025												
Atividade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Horas
Revisão bibliográfica													40h
Entrega do projeto definitivo													10h
Estudo da legislação nacional e internacional													60h
Pesquisa dos impactos do IS nas exportações													30h
Desenvolvimento de sugestões													60h
Redação e revisão final													90h